



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**EVOLUÇÃO DA POBREZA NO BRASIL: ANÁLISE DO PERÍODO 2002-2015 A PARTIR DE
DIFERENTES ESTRATÉGIAS DE MENSURAÇÃO DO FENÔMENO**

Luiz Vicente Fonseca Ribeiro

luizvfribeiro@gmail.com

Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora
Brasil

João Assis Dulci

joaodulci@gmail.com

Universidade do Estado de Minas Gerais

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Resumo

A última década foi de grande interesse para os estudos sobre a distribuição de bem-estar e resultados econômicos no Brasil. A queda da desigualdade e a melhora dos níveis de pobreza foram destaques na imprensa e renovaram o interesse acadêmico em relação a esses temas. Uma frente de otimismo se espalhou diante da melhoria da qualidade de vida e o aumento do poder de compra dos setores da sociedade antes excluídos da dinâmica do mercado brasileiro. A crise mundial em 2008 e a recente recessão econômica parecem não afetar a tendência de melhora descrita por indicadores clássicos. Mas, essa tendência refere-se a uma determinada forma de operacionalização do conceito de pobreza. A noção de pobreza refere-se sempre a algum tipo de privação, material ou não, e o fenômeno é complexo. Durante o século vinte, três conceitos de pobreza evoluíram fornecendo as bases para o trabalho internacional e comparativo. Esses conceitos basearam-se, principalmente, nas ideias de subsistência, necessidades básicas e privação relativa. O conceito que parte da ideia de subsistência considera apenas a renda necessária para o consumo da quantidade mínima de nutrientes indispensáveis à manutenção física dos indivíduos e suas famílias. A segunda estratégia mais comum ao se definir o ponto de corte é nomear necessidades básicas e determinar qual nível de atendimento pode ser considerado adequado. Assim, a definição depende do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto. A terceira estratégia envolve a definição dos pontos de corte de forma relativa. Não importa um nível absoluto, mas sim a posição em relação aos demais concidadãos. É possível notar que a estratégia que tem como fundamento a definição das necessidades básicas é uma ampliação da noção precedente. Por sua vez, a estratégia que aborda o problema da pobreza a partir da noção de privação relativa é também uma ampliação das anteriores, mas com um salto qualitativo, ou seja, a passagem de noções absolutas para uma relativa. Mas isso não revela uma evolução natural, ou acabada. A grande maioria dos trabalhos opta por uma ou outra forma ao mensurar o fenômeno. Faltam trabalhos que olham para o problema considerando as múltiplas possibilidades. Aproveitando essa lacuna, este trabalho avalia o problema no Brasil por uma perspectiva comparativa. São operacionalizadas linhas de pobreza para as três estratégias de mensuração e a partir dos dados das pesquisas por amostra de domicílios (PNADs/IBGE) de 2002 a 2015 é traçada a evolução comparada da pobreza no país. Os resultados são agregados e apresentados através da classe de índices FGT, que permitem informar a incidência, a intensidade e a severidade do fenômeno.

Palavras chave

Pobreza, Desigualdade e Mensuração da Pobreza.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Abstract

The last decade represented great interest for welfare distribution and economic results in Brazil. The inequality reduction and the poverty levels improvement have been focused by the press. It renewed the academic interest on those subjects. An optimism wave has spread because of the life quality and the increase in the purchase power within sectors of society previously excluded from the market dynamics. The world crisis and the recent economic recession seem not to affect the trend of improvement described by classic indicators. However, this tendency refers to a determinate form of operationalization relative to the poverty concept. The notion of poverty always refers itself to some kind of deprivation, either material or not, and this phenomenon is rather complex. Along the 20th century, three poverty concepts evolved offering basis to the international and comparative works. These concepts are based mainly in the subsistence, basic needs and relative deprivation ideas. The concept which is based on subsistence considers only the individual and family necessary consumption of the physical minimum basic nutrients. The second most common strategy to define the poverty limit is to list basic needs and to determinate which fulfillment level can be considered adequate. Therefore, this definition depends on lives standards and on how different needs are satisfied in a given context. The third strategy involves the definition of poverty levels in relative form. It is not about defining an absolute level, but the relative position compared to other citizens. It is possible to note that the basic needs based strategy is an enlargement of the previous notion. In its turn, the relative deprivation notion strategy is also an enlargement of the previous one, but represents a qualitative improvement. It must be said: the improvement from de absolute form to the relative one. However, it does not reveal a natural evolvement, or a finished one. The majority of the papers opt to one or another form to measure the phenomenon. It lacks works which look to the problem in consideration of its multiples possibilities. Seizing this academical space, this work evaluates the poverty problem in Brazil using a comparative perspective. It operationalizes poverty lines based on the three main measurement strategies and utilizes the Household National Research (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE) data from 2002 to 2015 aiming to draw the country's poverty lines compared evolvement. The results are aggregated and presented through FGT indexes, which allows us to inform the phenomenon incidence, intensity and severity as well.

Keywords

Poverty, Inequality e Poverty measurements.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

Apesar de grandes evoluções qualitativas na vida das pessoas, o tema da pobreza parece perene em debates políticos e acadêmicos. No campo político, raramente desvanece como bandeira de postulantes a cargos públicos. No Brasil, além da exploração política do tema, em campanhas eleitoras para os diversos cargos dos pleitos, as formas de combate à pobreza seguiram variados caminhos. Na academia, ainda temos debates acerca da forma de conceituar e medir a pobreza. A riqueza do debate talvez se deva a certa incompletude de modelos e de abordagens, uma vez que nenhum modelo tende a contemplar as várias dimensões do problema de forma definitiva (GRUSKY e WEEDEN, 2008, p.20). Os consensos em torno de estratégias analíticas não são fáceis, isso porque as implicações práticas que a fixação do significado traz para a distribuição de recursos, dentro e entre as sociedades, são complexas (LISTER, 2004, p.3).

O “Paradigma da Renda” (SEN, 2008; BOURGUIGNON, 2006) é o mais próximo de um consenso que os especialistas chegaram. Mas, por não ter desenvolvido soluções para a caracterização e a explicação de importantes dimensões do fenômeno, acabou sendo muito criticado. Além disso, o aparato conceitual que ele provê não é totalmente adequado para a tarefa de representar bem as formas como a pobreza se estrutura. A despeito disso, os críticos também não conseguiram apresentar soluções suficientemente robustas para a compreensão compartilhada elevar outra proposta ao patamar de novo modelo dominante de mensuração do fenômeno. Fato é, as escolhas metodológicas afetam a compreensão do fenômeno, os resultados das pesquisas e têm consequências reais para as políticas públicas. Ou seja, o conceito fornece o âmbito, os significados e delimita os discursos sobre a pobreza (LISTER, 2004, p.4). Além disso, mesmo que em um momento se fixe o conceito, ele não é imutável. Ao longo dos anos a compreensão sobre a pobreza no Brasil mudou, e assim mudaram as políticas públicas de combate ao fenômeno.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Em consonância com a questão do desenvolvimento nacional e das desigualdades regionais, o período pré-1964 abrigou o nascimento de grandes projetos macrorregionais de combate à desigualdade e à pobreza pela via dos incentivos aos empregos industriais, na lógica da substituição de importações transposta para uma escala subnacional (FURTADO, 1981; PACHECO, 2000). O período ditatorial viu alternarem-se estratégias mais nacionalistas, pautadas na expansão do crescimento do mercado interno e de intensificação de uma estratégia dependente-associada, com estratégias voltadas para o mercado internacional, com base em empréstimos internacionais (FURTADO, 1981; FIORI, 1999). Os resultados, em termos de combate à pobreza (seja relativa ou absoluta) foram bastante tímidos, senão irrelevantes. Tem-se aqui, no entanto, forte herança da leitura de um Brasil dual, com fortes resquícios do “atraso” vis-à-vis um país com traços modernos, em leituras de inspiração em Alexander Gerschenkron (1966), onde o que cabe é somente a noção de pobreza absoluta, definida a partir da ideia de situação onde não se pode garantir a própria subsistência.

Nos anos 1990, com um país buscando adequação às transformações do regime de acumulação internacional, e com um grave legado da ditadura que, dentre inúmeros outros problemas, deixou uma aguda crise fiscal a ser resolvida pelos governos democráticos, políticas focalizadas foram ensejadas de modo a reduzir aspectos sintomáticos da pobreza. No período Fernando Henrique Cardoso, políticas temáticas, como distribuição de vales para compras de produtos específicos, foram implantadas. Já no período Lula da Silva, a unificação e o aperfeiçoamento das iniciativas dos governos anteriores levaram à criação de uma política “mãe”, denominada “Fome Zero”, com uma ação de cunho mais competente, o “Programa Bolsa Família” (2004). Aqui já notamos uma mudança gradual do conceito de pobreza, temos ela mais próxima da ideia de necessidades básicas.

O progresso material da sociedade brasileira nos anos 2000 foi sintomático para os indicadores de pobreza. As políticas sociais, sejam elas de transferência de renda ou de aumentos reais para o salário mínimo, demonstraram ter efeitos positivos. A diminuição progressiva colocou em xeque as concepções de pobreza que partem das ideias de subsistência ou de necessidades básicas. As pesquisas de levantamento denotaram que a insuficiência de renda não é intensa o bastante para ameaçar a sobrevivência física de forma extensa como vimos em décadas passadas. Essas pesquisas também



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

mostraram como o gasto alimentar não é o grupo de despesas preponderante para as famílias brasileiras, mesmo para aquelas consideradas pobres. Esses resultados permitem, portanto, uma escolha – política e analítica – voltada para “privilegiar o objetivo de maior igualdade” (ROCHA, 2013, p.2), ou seja, a concepção ligada à noção de privação relativa. Mas, as recentes transformações do cenário político nacional, como a Proposta de Emenda Constitucional nº. 55, que visa controlar os gastos do Governo Federal por 20 anos, e a forte queda do crescimento econômico no país, que resultou no aumento do desemprego, podem ter impacto sobre os indicadores de pobreza, e desafiar novamente o que estava sendo estabelecido como melhor forma de mensurar o fenômeno.

Por essas razões, nosso estudo trata da pobreza de forma comparada, considerando as três principais formas de conceituar e operacionalizar o fenômeno. Utilizamos os dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) de 2002 a 2015 para identificar as situações de pobreza e agregamos os resultados a partir da metodologia definida por Foster, Greer e Thorbecke (1984). A seguir apresentamos a discussão teórica sobre os conceitos e seus critérios para identificação e agregação da pobreza. Na terceira seção apresentamos os aspectos metodológicos que embasaram nossas decisões durante a pesquisa. Em seguida, apresentamos os resultados com as respectivas análises. Em breves considerações, faz-se um esforço de síntese e direciona-se os próximos e desafiantes passos de pesquisa em um país.

II. Marco teórico e conceitual

O conceito de pobreza evoluiu ao longo de todo o século passado, passando pelas ideias de subsistência, necessidades básicas e privação relativa. A primeira estratégia de conceituação e mensuração do fenômeno define a situação de pobreza como aquela onde o consumo da quantidade mínima de nutrientes indispensáveis à manutenção física dos indivíduos e/ou suas famílias não está garantido (TOWNSEND, 1993, p.30). A segunda incorpora o que é considerado como imprescindível para cobrir as necessidades básicas das pessoas, ou seja, o consumo mínimo de artigos como comida,



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

abrigo, roupas, alguns móveis e equipamentos para a casa; bem como, o acesso mínimo serviços essenciais como educação básica, saúde, saneamento etc. A terceira é ainda mais abrangente, a pobreza ganha contornos contextuais, ou seja, as pessoas são pobres na medida em que estão relativamente privadas de acesso às condições de vida de seus pares.

Para as duas primeiras estratégias de mensuração, o crescimento econômico nacional é por si suficiente para superar o problema (TOWNSEND, 1993, p.33)¹. Por contraste, para a terceira a pobreza insere-se em uma realidade correspondente a estruturas, contextos e instituições sociais, não se limitando apenas pela baixa disponibilidade de renda para adquirir bens e serviços essenciais (TOWNSEND, 1993). Portanto, há a necessidade de uma complexa combinação de crescimento, redistribuição e reorganização das trocas e outras relações institucionais (TOWNSEND, 1993, p.33) se quisermos superar o problema. Ou seja, existe uma interdependência entre o conceito científico de pobreza e a estrutura institucional/social que é necessária para erradicar o problema.

Tomando em consideração essas três formas de conceber o fenômeno, podemos dizer que a situação de pobreza é encontrada onde quer que a privação ocorra por causa da falta de recursos materiais. Dessa forma, não há problema em operacionalizar os conceitos a partir da insuficiência de renda. O problema apontado pelos críticos do Paradigma da Renda então não é a dimensão escolhida para a identificação da situação de pobreza em si, mas a maneira como o problema é abordado. O conceito de pobreza tem uma ligação muito bem aceita com a privação causada por problemas econômicos (SEN, 2008, p.173), mas ao utilizarmos a renda para a análise, o que deve ser considerado relevante é a inadequação (SEN, 2008, p.175) dela em razão das necessidades ou a posição em que as pessoas se encontram na distribuição. Ou seja, a renda é apenas uma *proxy*, e representa de maneira

¹ Marcelo Medeiros desenhou alguns cenários para demonstrar as limitações do crescimento econômico, tomado de forma isolada, como indutor da redução da pobreza para o caso brasileiro. Suas projeções mostram que, com o crescimento econômico observado nas duas últimas décadas (1980 e 1990) e, em situação hipotética de distribuição equânime do produto pela população, a proporção de pobres, depois de passados vinte anos, estaria na ordem de 20% da população. Se o Brasil crescesse o dobro do que cresceu nas décadas de 1980 e 1990, ou seja, algo próximo de 4% ao ano, a proporção de pobres estaria em 12% da população. Num caso extremo, de um crescimento por vinte anos ininterruptos e com distribuição igual do produto, é que a proporção de pobres cairia para 6% da população (MEDEIROS, 2005, p. 43).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

mais ou menos relevante a capacidade que os indivíduos e suas famílias têm de sobreviverem, consumirem ou participem efetivamente da vida social.

As definições de um ou dois dólares/dia são bastante difundidas, embora igualmente arbitrárias e, muitas vezes, vazias de significado². Trata-se de um parâmetro utilizado em pesquisas comparativa internacionais, cujos valores de referência foram atualizados para US\$1,90³. Essa será nossa estratégia de operacionalização de pobreza enquanto subsistência. A definição largamente empregada para representar a concepção de pobreza como necessidades básicas utiliza o valor de uma “cesta” de bens e serviços para estabelecer o ponto de corte na distribuição de renda (ROCHA, 2003). Ao tratarmos da pobreza definida em termos absolutos, a abordagem que utiliza a ideia de cesta básica parece mais adequada, pois consideramos que ela é menos arbitrária e melhor fundamentada pelos especialistas, mas manteremos aqui ambas as estratégias. Contraposta a essas, vamos trabalhar com um limiar consagrado em trabalhos sobre a pobreza na Europa, a linha traçada a 60% da renda mediana, que irá representar a concepção de pobreza como privação relativa.

III. Metodologia

A magnitude da pobreza está diretamente relacionada ao número de pessoas vivendo em famílias com renda *per capita* abaixo da linha de pobreza (*Headcount*) e à distância (*Income Gap*) de cada componente da família pobre em relação à linha de pobreza (BARROS *et al*, 2000, p.22-3). Visando acompanhar esse procedimento regionalizado no estabelecimento das linhas absolutas, as linhas relativas também foram definidas de forma regionalizada. Optamos pela renda familiar *per capita* como variável de interesse tanto para mensuração da pobreza relativa, quanto absoluta. Esse procedimento implica na imputação da família como ente canalizador de ganhos e consumo. A divisão equânime

² Kakwani e Son (2006) apontam as fragilidades dessa metodologia, reforçando que, apesar de os valores serem muito baixos, ainda assim o mundo teria algo próximo de 1,9 bilhão de pessoas abaixo da linha da pobreza difundida fortemente pelo Banco Mundial.

³ Os ajustes se dão em função das flutuações do valor e refletem em dólares a paridade de poder de compra em 2011.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

entre os componentes responde à necessidade de individualização no tratamento dos dados, ao mesmo tempo em que se assume desigualdade nula para cada núcleo familiar. Essas opções se justificam em razão do melhor ajuste na comparação dos resultados advindos das linhas de pobreza absoluta e relativa, já que tomamos os valores das linhas absolutas produzidas por Sônia Rocha (1997)⁴.

Definida a estratégia de *identificação*, devemos dar conta da resolução do problema de *agregação* (MEDEIROS, 2012). Encontramos na literatura pelo menos três condições a serem satisfeitas por uma medida de pobreza: (1) ela deve refletir a incidência da pobreza, (2) deve captar a intensidade da pobreza e (3) deve considerar a desigualdade entre os pobres (FOSTER *et al*, 1984; ROCHA, 1997 e 2003; SEN, 2008; MEDEIROS, 2012). Indicadores foram criados visando atender uma, duas ou até mesmo as três condições simultaneamente. A medida mais corriqueira capta unicamente a incidência da pobreza, usualmente denominada *Headcount* (*H*), que permite apurar o número e a proporção daqueles que se encontram abaixo da linha de pobreza. Apesar de sua útil simplicidade, é alvo de várias críticas porque ignora a distribuição de renda entre os pobres e não contém nenhuma informação sobre a intensidade da pobreza. Outra medida criada visa estimar a profundidade da pobreza, trata-se do *Income Gap*, ou “hiato de renda” (*I*), convencionalmente calculado pela diferença média da renda para determinada linha de pobreza preestabelecida (BRADY, 2003, p.728). Esta distância média afere a renda adicional que seria necessária para elevar os pobres até o nível da linha de pobreza. Outra estratégia incorpora ambas medidas em um índice (*H.I*), refletindo ao mesmo tempo a incidência e a intensidade da pobreza.

Com inspiração na teoria da justiça de John Rawls e seu preceito “maxmin” (derivada da segunda parte do “Princípio da Diferença”), diversos especialistas elaboraram, então, formas de mensuração que garantem o maior impacto da situação dos mais desprivilegiados no índice utilizado. Os índices derivados dessa teoria consideram a desigualdade entre os pobres, além de refletirem sobre as condições dos profundamente pobres. A principal questão no contexto da mensuração da pobreza enquanto insuficiência de renda é a necessidade de se ater a todos os três aspectos: incidência, intensidade e desigualdade (SEN, 2008, p.169; MEDEIROS, 2012, p.166). Isso nos leva à adoção da classe

⁴Disponibilizadas no *site* do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

de índices propostos por Foster, Greer e Thorbecke (1984) como a mais apropriada na descrição dos níveis e evolução da pobreza, pois atende às três condições essenciais e adicionalmente à possibilidade de agregação/desagregação para os grupos de interesse na população⁵. A formulação dessa classe de medidas é a que segue:

$$P_{FGT} = (x, y, \alpha) = \frac{1}{N} \sum_{n=1}^N \left(\frac{z-x_i}{z} \right)^\alpha, \text{ onde } \alpha \geq 0.$$

Quando o parâmetro $\alpha = 0$, o índice (P0) reflete a incidência da pobreza e pode ser padronizado para representar em termos percentuais a quantidade de pessoas pobres existentes na distribuição. Quando o parâmetro $\alpha = 1$, o índice (P1) reflete a intensidade da pobreza e pode ser padronizado para representar em termos percentuais a distância em relação à(s) linha(s) de pobreza. O parâmetro também pode ser maior que um, e isso indicaria o grau de aversão à desigualdade entre os pobres, mas há pouco consenso sobre qual o valor ideal para $\alpha > 1$, por isso vamos manter aqui apenas a incidência e intensidade em foco.

IV. Análise e discussão de dados

Começamos nossa análise a partir dos resultados sobre a incidência de pobreza. Em 2002, 12% da população tinha sua subsistência ameaçada, 34% não tinha renda suficiente para suas necessidades básicas e 28 % estava relativamente privada de participar da sociedade. Esse cenário se mantém relativamente estável até 2005, quando a tendência de queda dos riscos absolutos de pobreza fica evidente para as concepções ligadas à subsistência e necessidades básicas. Ao final do período em tela, é possível notar uma queda de 8 pontos percentuais para a primeira concepção e 20 p. p. para a segunda. O risco absoluto de acordo com a ideia de privação relativa se mantém inalterada, muito devido à sua forma de operacionalização, via parâmetros móveis, que se alteram quando a distribuição

⁵ Medeiros (2012:163-4) destaca a limitação dos índices de Watts e Sen, o primeiro não pode ser calculado para pessoas sem renda e o segundo não pode ser decomposto em subgrupos da população.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

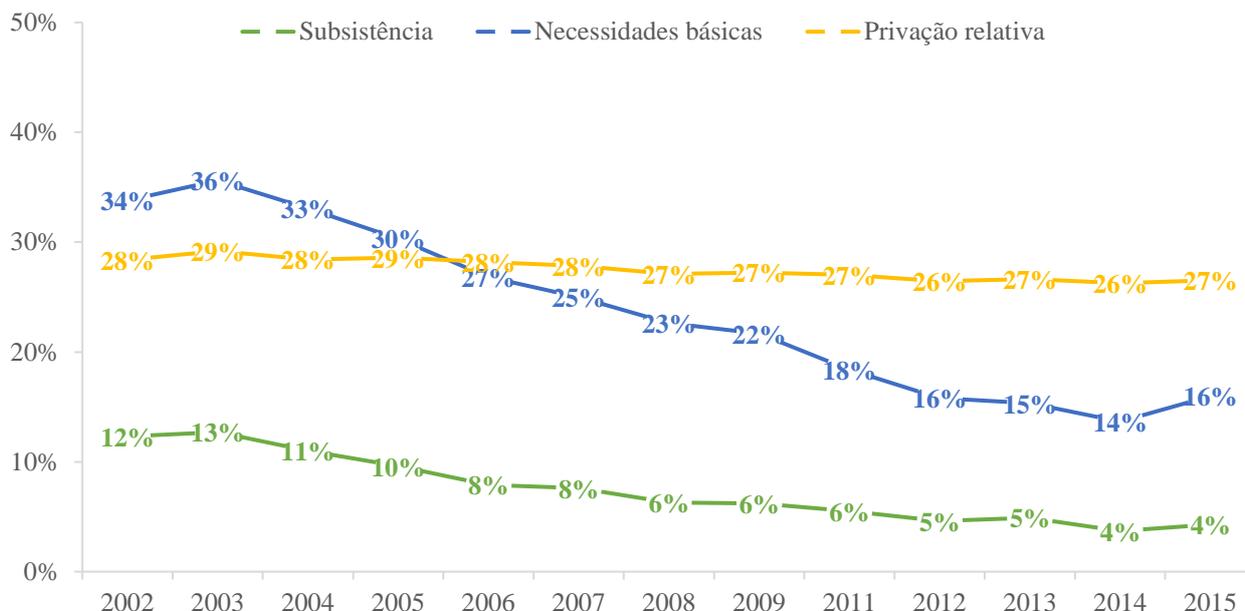
3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

de renda se altera. Esses resultados não são novidade, encontramos os mesmos em diversos estudos, inclusive alguns com um recorte temporal mais amplo (ROCHA, 2013a; 2013b), nos quais podemos ver que o patamar de 34% é o padrão para toda a década de 90, antecedida por quedas no início da década e final dos 80.

Gráfico 1: Incidência de Pobreza – Brasil 2002 a 2015.



Fonte: elaboração própria com base nos microdados da PNAD/IBGE.

O índice P0 da classe FGT que retrata a incidência é a forma mais comum de agregação das informações sobre a pobreza. Mas ele não diz nada sobre o quão pobre são as pessoas e suas famílias, por isso, voltamos agora aos dados sobre a intensidade, captados por meio do índice P1 da classe FGT. Os valores estão padronizados, então são dados como percentuais das linhas regionalizadas de pobreza. A tendência da intensidade de pobreza absoluta para a população é a mesma vista para a



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

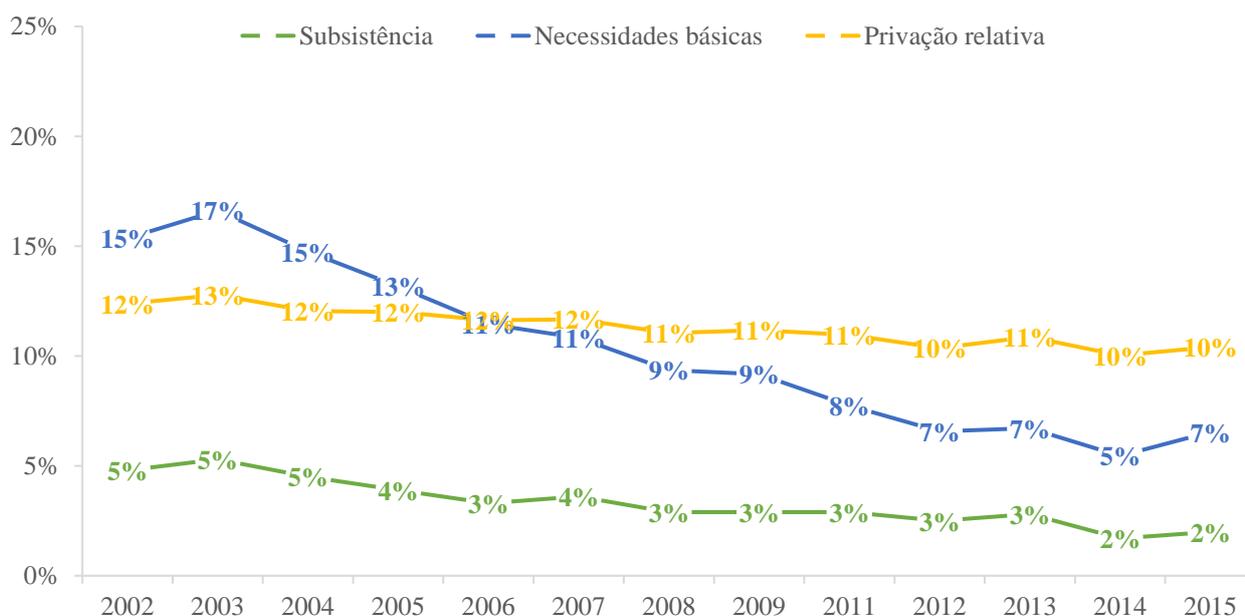
3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

incidência, os valores decrescem ao longo do período, refletindo uma melhora de 10 pontos percentuais ao final do período. Nos primeiros anos, os resultados oscilam para ambas as concepções de pobreza absoluta (subsistência e necessidades básicas), e se mantém praticamente inalterado para a concepção relativa. A partir de 2006 é possível notar melhor a tendência de queda, muito mais significativa para a segunda concepção.

Gráfico 2: Intensidade da Pobreza – Brasil 2002 a 2015.



Fonte: elaboração própria com base nos microdados da PNAD/IBGE.

Ao final é possível notar uma queda de 3 pontos percentuais para a primeira concepção, 10 p. p. para a segunda e 2 para a terceira. O grau de dificuldade então para se escapar da pobreza cai ao longo do período. Interessante notar só pequeno o retrocesso se consideramos as necessidades básicas, quando olhamos para a diferença entre 2015 e 2014.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

V. Conclusões

As metas de combate à pobreza, assim como a maioria dos trabalhos acadêmicos, supõem que a pobreza é uma condição absoluta (de subsistência ou necessidades básicas) ao invés de relativa. O próprio Amartya Sen (2008, p.169), defensor da supremacia das medidas relativas sobre as absolutas, diz que no caso dos países subdesenvolvidos a forma absoluta de mensurar a pobreza deve ser mantida. Essas linhas seriam mais adequadas a países subdesenvolvidos, uma vez que seria possível supor que um determinado nível de aquisição de mercadorias essenciais é necessário para o bem-estar material, e pode ser ligada a outras definições absolutas de bem-estar, tais como mortalidade infantil, expectativa de vida, e ingestão calórica (BRADY, 2003, p.720-1). No entanto, a evolução dos indicadores de pobreza no Brasil mostra que a privação relativa agora é mais relevante para os estudos e planejamento das políticas do que as necessidades básicas ou a subsistência.

Programas como o Bolsa Família⁶, que visava inicialmente atender a todas as famílias cuja renda per capita fosse inferior a R\$ 70,00 mensais com transferência direta de dinheiro demonstraram ser um grande aliado na luta contra a a pobreza extrema. Além dele, o Benefício de Prestação Continuada⁷ também tem forte incidência sobre a redução da pobreza extrema. Já sobre os níveis de pobreza definida de forma mais ampla, abarcando bens e serviços essenciais, o que parece ter sido crucial é a política de aumento do salário mínimo. Por se estender mais na população os efeitos da valorização do salário são mais relevantes também para os resultados encontrados ao longo dos anos 2000.

⁶ A família beneficiada, que podem sacar o montante com um cartão magnético, o programa deposita um montante fixo (quando do início do Programa, no valor de R\$ 70,00), com um montante variável por filho, ou por gestantes, no limite de cinco benefícios por família (R\$ 32,00 por filho), além da possibilidade do Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (R\$ 38,00 para famílias com adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola), do Benefício Variável de Caráter Extraordinário (para beneficiários que migraram dos programas de transferência de renda pré-existent) e do Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Infância, cujos valores variam de maneira a compor a renda per capita de R\$ 70,00. Uma das marcas do Programa Bolsa Família foi a formação de um cadastro único de credenciamento das famílias, além da instalação nos municípios brasileiros de centros de assistência às famílias. As condicionalidades do Programa envolvem a frequência escolar, o acompanhamento da saúde dos filhos, através das cartelas de vacinação, cumprimento do calendário de consultas pré-natais, além da junção com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que busca impedir que crianças e jovens com menos de 15 anos trabalhem.

⁷ Trata-se de uma aposentadoria para aqueles cidadãos rurais que não contribuíram para a Previdência Social ao longo de suas vidas laborais, paga um salário mínimo ao mutuário.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Mas, nenhuma delas parece ser irreversível, o país atravessa um momento crítico, sem crescimento econômico, com aumento do desemprego e com cortes no investimento público que refletem nos programas de combate à pobreza. Para saber se a incidência e a intensidade da pobreza voltarão aos patamares do início do período analisado, ou até de décadas passadas será necessário acompanhar de perto as novas pesquisas e monitorar os efeitos a partir de novas pesquisas.

VI. Bibliografia

- Atkinson, A. B. (1987). On the Measurement of Poverty. *Econometrica*, 55(4), pp. 749-764. Acesso em 18 de 12 de 2014, disponível em <http://www.jstor.org/stable/1911028> .
- Barros, R. P., Henriques, R., & Mendonça, R. (2000). A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil. Em R. Henriques, *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea.
- Bourguignon, F. (2006). From Income to Endowments: The difficult task of expanding the Income Poverty Paradigm. Em D. B. Grusky, & R. Kanbur, *Poverty and Inequality*. Stanford: Stanford University Press.
- Brady, D. (2003). Rethinking the Sociological Measurement of Poverty. *Social Forces*, 81(3), pp. 715-751. Acesso em 18 de 12 de 2014, disponível em <http://www.jstor.org/stable/3598174>
- Gerring, J. (2012). *Social Science Methodology: a unified framework*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Henriques, R. (2000). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea.
- Hoffman, R. (2000). Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. Em R. P. Barros, R. Henriques, & R. Mendonça, *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea.
- Hoffmann, R. (2005). Elasticidade da Pobreza em Relação à Renda Média e à Desigualdade no Brasil e nas Unidades da Federação. *Economia*, 6(2), pp. 255–289.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

- Jencks, C., Smith, M., & Acland, H. (1972). *Inequality: A Reassessment of the Effect of Family and Schooling in America*. New York: Basic Books.
- Lister, R. (2004). *Poverty*. Malden: Polity Press.
- Rocha, S. (2000). Estimación de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil. Em R. P. Barros, R. Henriques, & R. Mendonça, *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea.
- Rocha, S. (2006). *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV.
- Rocha, S. (2013). Pobreza no Brasil: A evolução de longo prazo (1970-2011). *XXV Fórum Nacional (Jubileu de Prata – 1988/2013) O Brasil de Amanhã. Transformar Crise em Oportunidade*. (pp. 1-31). Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Altos Estudos.
- Rocha, S. (2013). *Trânsferências de Renda no Brasil: O fim da pobreza?* Rio de Janeiro: Elsevier.
- Scott, J. (1994). *Poverty and Wealth: Citizenship, Deprivation and Privilege*. London: Longman.
- Sen, A. K. (1985). A Sociological Approach to the Measurement of Poverty: A Reply to Professor Peter Townsend. *Oxford Economic Papers*, 37(4), pp. 669-676. Acesso em 18 de 12 de 2014, disponível em <http://www.jstor.org/stable/2663049> .
- Sen, A. K. (2006). Conceptualizing and Measuring Poverty. Em D. B. Grusky, & R. Kanbur, *Poverty and Inequality*. Stanford: Stanford University Press.
- Sen, A. K. (2008). *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro: Record.
- Sen, A. K. (2010). *Desigualdade como Liberdade*. Rio de Janeiro: Companhia de Bolso.
- Townsend, P. (1979). *Poverty in the United Kingdom: a survey of household resources and standards of living*. Harmondsworth: Penguin Books.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Townsend, P. (1985). A Sociological Approach to the Measurement of Poverty - A Rejoinder to Professor Amartya Sen. *Oxford Economic Papers*, 37(4), pp. 659-668. Acesso em 18 de 12 de 2014, disponível em <http://www.jstor.org/stable/2663048>

Townsend, P. (1993). *The international analysis of poverty*. London: Harvester Wheatsheaf.